

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

### I – REQUERIMENTO

Elaborado pelo estabelecimento de ensino para o (a) Secretário (a) de Estado da Educação.

### II – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Indicação do nome do estabelecimento de ensino, de acordo com a vida legal do estabelecimento (VLE).

### III - PARECER E RESOLUÇÃO DO CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO

### IV – JUSTIFICATIVA (Completar com a justificativa conforme indicação abaixo)

A reestruturação Curricular do Curso Técnico em Portos visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica e, ao mesmo tempo, ampliam as perspectivas do “fazer técnico”, onde o estudante se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

O Curso Técnico em Portos vem de encontro à necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade, preparando os estudantes para o mercado de trabalho na área portuária, constitui-se numa atividade com crescente exigência de qualificação, onde o técnico em portos deve estar preparado para compreender e atuar sobre os diferentes condicionantes da área de atuação.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Portos, enfatiza o resgate da formação humana onde o estudante, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

A implantação do Curso Técnico em Portos atenderá a uma demanda qualificando na área, proporcionando melhores condições de formação para as necessidades e especificidades local e regional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da cidade e de seu entorno. Também proporcionará novos parâmetros na relação empresa-trabalhador, reforçando condições para a modernização portuária.

As últimas décadas foram marcadas por grande avanço tecnológico e científico, repercutindo na qualificação profissional e, conseqüentemente na educação, trazendo significativas alterações no sistema de produção e no processo de trabalho. Estas circunstâncias atuais exigem um trabalhador preparado para atuar com competência, criatividade e ousadia. Assim é uma área que demanda permanente atualização e apresenta uma crescente exigência de trabalhadores qualificados.

O desenvolvimento de atividades portuárias, pautadas nos avanços da modernização dos portos e terminais, por ser fundamental ao desenvolvimento socioeconômico, por se constituir como um elemento de projeção no cenário brasileiro e pela valorização da formação escolar profissionalizante como condição para o trabalho.

### **JUSTIFICAR O PORQUÊ DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO ONDE ESTÁ LOCALIZADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO...**

#### **V – OBJETIVOS**

- Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.
- Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.
- Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.
- Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

- Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho na área de administração e operação portuária.
- Realizar o agenciamento de transporte; planejar e controlar a manutenção dos equipamentos; encaminhar os procedimentos de importação e exportação com base na segurança e na preservação ambiental.
- Dar subsídios necessários para que os estudantes possam compreender os pressupostos técnicos e legais relacionadas às atividades portuárias.
- Prover o estudante dos conhecimentos necessários para desenvolver as funções técnicas de forma a encontrar respostas e soluções para os problemas das operações logísticas inseridas no ambiente de trabalho.

### VI - DADOS GERAIS DO CURSO

**Habilitação Profissional:** Técnico em Portos

**Eixo tecnológico:** Infraestrutura

**Forma:** Integrado

**Carga Horária Total do Curso:** 3.000 horas mais 100 horas de Estágio Profissional Supervisionado

**Regime de funcionamento:** de 2ª a 6ª feira, no(s) período(s): **(manhã e tarde)** e 2ª a Sábado, no período: **(noturno)**. **(Para o ano de 2022 não será ofertado no período noturno)**

**Regime de Matrícula:** Anual

**Número de Vagas:** \_\_\_\_\_ alunos por turma. (Conforme m<sup>2</sup> - mínimo 30 ou 40)

**Período de Integralização do Curso:** mínimo 03 (três) anos letivos e máximo de 05 (cinco) anos letivos.

**Requisitos de Acesso:** Conclusão do Ensino Fundamental

**Modalidade de Oferta:** Presencial

### VII - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Técnico em Portos domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes

linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual para acompanhar as mudanças, de forma a intervir no mundo do trabalho, orientado por valores éticos que dão suporte a convivência democrática. Desenvolve atividades nas operações portuárias. Controla, programa e coordena operações de transportes em geral. Supervisiona operações de embarque, transbordo e desembarque de cargas e o agenciamento de embarcações. Encaminha procedimentos de importação e exportação. Verifica as condições de segurança dos meios de transportes, equipamentos utilizados e das cargas. Opera e gerencia a manutenção dos equipamentos eletromecânicos de operação portuária. Supervisiona o armazenamento, o transporte de carga e a eficiência operacional de equipamentos e veículos. Controla recursos financeiros e insumos. Elabora documentação necessária ao desembargo de cargas. Atende clientes. Pesquisa preços de serviços de transporte. Identifica e programa rotas. Informa sobre condições do transporte e da carga.

#### **VIII – SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS**

O curso de Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em Portos Integrado ao Ensino Médio não terá saídas intermediárias.

#### **IX - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO**

#### **BASE TÉCNICA OBRIGATÓRIA**

**Unidade Curricular: ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA**

**Carga horária: 100 horas**

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
1	<b>Fundamentos da Administração e Gestão Financeira.</b>	1.1 Habilidades e Competências do Administrador 1.2 Papeis do Administrador 1.3 Contabilidade 1.4 Administração financeira
2	<b>Gestão Estratégica e organização</b>	2.1 Análise SWOT 2.2 Market share 2.3 Integração do território envolvente. 2.4 Noções de departamentalização

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

3	<b>Sistema Portuário Nacional</b>	3.1 Características dos Portos Nacionais. 3.2 Modelos de Gestão Portuário 3.2.1 Características dos modelos de Gestão Portuária 3.3 Novo Cenário Portuário Brasileiro 3.3.1 Modernização dos Portos
4	<b>Trabalho Portuário</b>	4.1 História do Trabalho Portuário 4.2 Definições do Trabalho Portuário. 4.3 Trabalhador Portuário avulso 4.4 Registrado e Trabalhador 4.5 Portuário Avulso Cadastrado
5	<b>Órgãos reguladores da Operação Portuária</b>	5.1 OGMO - Órgão Gestor de mão- de-obra. 5.2 Operador Portuário. 5.3 CAP – Conselho de Autoridade Portuária. 5.4 Órgãos gestores na atividade portuária 5.4.1 Órgãos anuentes 5.4.2 Órgãos intervenientes
6	<b>Governo Federal e Indicadores portuários</b>	6.1 Criação das agências reguladoras inerentes a Atividade portuária. 6.2 Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antag 6.3 Atribuições do Governo Federal 6.4 Indicadores para desempenho no planejamento portuário e na regulação dos serviços.

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
<b>ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA</b>	3	100	<p>Analisar os conceitos essenciais da Administração.</p> <p>Compreender a importância dos órgãos que influenciam na tomada de decisão e nas atividades correlatas a infraestrutura e superestrutura dos Portos Brasileiros.</p>	<p>Compreender a História do Trabalho Portuário e definições do Trabalho Portuário.</p> <p>Desenvolver visão sistêmica da gestão de portos, em todas as funções: tecnologia, custos, sistemas de informações, estatística, entre outras</p>

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

**BIBLIOGRAFIA**

CAULLIRAUX, H; CLEMENTE, R; PAIM, R. **Gestão de Processos: Pensar, Agir e Aprender**. São Paulo: Bookman, 2009.

COELHO, Marcio. **A essência da administração – conceitos introdutórios**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COIMBRA, D.B. **O Conhecimento de Carga no Transporte Marítimo**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

COLLYER, M.A. **Dicionário de Comércio Marítimo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lutécia, 2002.

CORTIÑAS, J.M.L. **Os Custos Logísticos do Comércio Exterior Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

DRUCKER, Peter F. **As fronteiras da administração**. Nova York, Dutton, 1986.

FARIAS, Gonçalo P. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo. Ed. Atlas, 1979.

HAMPTON, David R. **Administração Contemporânea**. 3ª ed. Revisada. São Paulo: Ed. McGraw – Hill, 1998.

JUNQUEIRA, L.A.P. **Desafios da Modernização Portuária**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

LACOMBE, Francisco J. M.; HEILBORN, Gilberto L. J. **Administração: Princípios e Tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual do trabalho portuário e ementário**. – Brasília: TEM, SIT, 2001.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea – A ciência e a arte de ser dirigente**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Modernização dos portos**. 5ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2012.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade: teoria e pratica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

PECI, Alketa; SBRAL, Felipe. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson, 2008.

SNELL, Bateman. **Administração**: Novo Cenário Competitivo. 2ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SPITZER, Dean R. **Supermotivação**: Uma estratégia para dinamizar todos os níveis da organização. 1ª ed. São Paulo: Editora Futura, 1997.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da Administração Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TORRES, Cleber; LÉLIS, João Caldeira. **Garantia de Sucesso em Gestão de Projetos**. São Paulo: Brasport, 2009.

VALENTE, Amir Mattar; et al. **Gerenciamento de transporte e frotas**. 2ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

\_\_\_\_\_. et al. **Qualidade e produtividade nos transportes**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 11ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

**Unidade Curricular: GESTÃO AMBIENTAL**

**Carga horária: 66 horas**

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
1	<b>Gestão e Sustentabilidade Ambiental.</b>	1.1 Fundamentos e premissas da Educação Ambiental. 1.2 Conferências ambientais: relevância e contextualização histórica. 1.3 Políticas voltadas à questão ambiental. 1.4 Fundamentos e premissas da Gestão Ambiental. 1.5 Princípios do Sistema de Gestão Ambiental – SGA 1.6 Mecanismos de desenvolvimento sustentável.
2		2.1 Impactos ambientais portuários. 2.2 Complexo porto-cidade: relações ambientais. 2.3 Portos e unidades de conservação. 2.4 SGA Portuário.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

	<b>Portos e Meio Ambiente.</b>	
<b>3</b>	<b>Licenciamento e legislação ambiental</b>	<p>3.1 Procedimentos para obtenção e tipos de licenciamento.</p> <p>3.2 Licenças ambientais para obras portuárias.</p> <p>3.3 ISO 14001.</p> <p>3.4 Legislação do poder federal, decretos do poder executivo, meio ambiente e CONAMA.</p>
<b>4</b>	<b>Ações em Gestão Ambiental</b>	<p>4.1 Programas de gestão ambiental.</p> <p>4.2 Programa de auditoria ambiental.</p> <p>4.3 Programa de comunicação.</p> <p>4.4 Programa de Educação Ambiental.</p> <p>4.5 Programa de controle e proliferação de vetores.</p> <p>4.6 Programa de recuperação de passivos ambientais.</p> <p>4.7 Gerenciamento de resíduos sólidos.</p> <p>4.8 Gerenciamento de efluentes.</p> <p>4.9 Gerenciamento de emissões atmosféricas.</p> <p>4.10 Gerenciamento de emissões de ruídos.</p> <p>4.11 Gerenciamento da água de lastro.</p> <p>4.12 Monitoramento da qualidade das águas.</p> <p>4.13 Monitoramento dos sedimentos.</p> <p>4.14 Biota aquática e bioindicadores.</p> <p>4.15 Monitoramento da qualidade das águas.</p>

<b>Unidade Curricular</b>	<b>CH aula</b>	<b>CH total</b>	<b>Competência</b>	<b>Habilidades</b>
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>2</b>	<b>66</b>	<p>Compreender os grandes impactos ambientais globais e suas consequências do ponto de vista econômico.</p> <p>Estabelecer objetivos, metas técnicas, econômicas e ambientais</p>	<p>Condições de estabelecer relações entre os conteúdos que integram a disciplina, permitindo a compreensão globalizada das relações ambientais.</p> <p>Obter noções da Legislação Ambiental, reconhecendo sua amplitude no ordenamento</p>

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

			compatíveis para a prevenção e minimização dos impactos.  Elaborar programas de prevenção e resposta a situações de risco ambiental.  Interpretar o estudo da Legislação Ambiental em nível Federal, Estadual e Municipal.	jurídico e sua interdisciplinaridade.  Atuar segundo princípios éticos de respeito à vida, à cidadania e ao meio ambiente.  Analisar os princípios das Políticas Ambientais e sua aplicabilidade.
--	--	--	--	---

**BIBLIOGRAFIA**

ALBUQUERQUE, J. L. **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações.** São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, J. R. **Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Thex, 2006.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; MELLO, Claudia dos S.; CAVALCANTI, Yara. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Thex, 2001.

ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A.B. **Gestão Ambiental – Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Makrom Books. 2002.

ARZUA, Luciana S. **Licenciamento ambiental.** Curitiba: FEAPAR – Federação das Associações de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná, 2003.

BOLDRINI, Eliane Beê. **A APA de Guaraqueçaba: Desenvolvimento Sustentável/ Produção Capitalista.** Maringá/PR, 1995.

BRAGA, B. **Introdução à engenharia ambiental.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 3ª ed. São Paulo: Cortez. 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

DERÍSIO, J. C. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Signus, 2000.

**El protocolo de Kyoto de la convención sobre el câmbio climático**. Alemanha. Climate Change Secretariat, 2000.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas. 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 2001.

GILBERT, M. J. **Sistema de gerenciamento ambiental**. São Paulo: IMAM, 1995.

HARRINGTON, James H. **A implementação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia**. São Paulo: Atlas, 2001.

HEMENWAY, Caroline. J. **ISO 14000: o que é?** São Paulo: IMAM, 1995.

HOGAN. J.; VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MOREIRA, M. S. **Pequeno manual de treinamento em sistema de gestão ambiental**. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços LTDA, 2005.

PARANÁ, Secretaria do Estado de Educação. **“Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba, SEED, 2006.

PINTO-COELHO, R. M. **Fundamentos em ecologia**. Rio de Janeiro: Artmed, 2000.

PORTO, M. M.; TEIXEIRA, S.G. **Portos e Meio Ambiente**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI Jr. A. **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Agenda 21**. Curitiba, 2002.

**Unidade Curricular: HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

**Carga Horária: 100 horas**

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
1	<b>Higiene e Segurança do Trabalho.</b>	1.1 Conceito e evolução histórica. 1.2 Concepções sociais e econômicas da higiene e segurança do trabalho. 1.3 A história do acidente de trabalho no Brasil e no mundo. 1.4 Imagens de acidentes de trabalho ligados aos portos.
2	<b>Riscos Ambientais no trabalho e Prevenção e Combate a Incêndios</b>	2.1 Tipos de riscos ambientais no trabalho. 2.2 Mapas de risco no local de trabalho. 2.3 Inspeção de segurança 2.4 Atos inseguros. 2.5 Riscos ambientais e doenças ocupacionais em saúde. 2.5.1 Condições inseguras. 2.6 Programas de proteção de riscos do ambiente. 2.6.1 Equipamentos de proteção. 2.6.2 Materiais necessários para emergência. 2.7 Transmissão do calor 2.8 Classes de fogo 2.9 Extintores e as classes de incêndio
	<b>Saúde do Trabalhador.</b>	3.1 Qualidade de vida no trabalho. 3.2 primeiros socorros gerais. 3.4 Ressuscitação cardiorrespiratória 3.5 HIV no ambiente de trabalho 3.6 Dependência química no ambiente de trabalho. 3.7 Doenças profissionais e acidentes de trabalho. 3.8 Ergonomia.
4	<b>Normas Reguladoras e Programas.</b>	4.1 NR 5 – CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho. 4.1 Tecnologia de combates a sinistros. 4.2 NR 6 - CPATP- Comissão de prevenção de Acidentes do Trabalho Portuário. 4.3 NR 6 - equipamentos de proteção individual e coletiva. 4.4 NR 7 - Programa de controle médico e Saúde ocupacional. 4.5 Plano de acuidade auditiva. 4.6 Plano de conservação respiratória. 4.7 NR 29 - Norma Reguladora do trabalho portuário. 4.8 Trabalho em turno e suas consequências ao trabalhador.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

		<p>4.9 Os riscos dos principais locais portuários. Armazéns, cais e pátio.</p> <p>4.10 NR 30 - segurança e saúde no trabalho aquaviário.</p>
--	--	--

<b>Unidade Curricular</b>	<b>CH aula</b>	<b>CH total</b>	<b>Competência</b>	<b>Habilidades</b>
<b>HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<p>Conhecer e avaliar os riscos à saúde e suas consequências nos ambientes de trabalho.</p> <p>Conhecer e aplicar os processos e técnicas de orientação e educação para a segurança no trabalho e biossegurança possíveis, conforme as normas regulamentadoras.</p> <p>Conhecer a legislação e normas de segurança do trabalho.</p> <p>Reconhecer os elementos básicos de prevenção de acidentes no trabalho.</p> <p>Aplicar as prescrições normativas relativas a prevenção de acidentes, noções de primeiros socorros e prevenção e combate a incêndios.</p> <p>Conhecer os EPI's e fazer correto uso deles.</p>	<p>Identificar nos ambientes de serviço os fatores de risco a si próprio e aos demais colaboradores.</p> <p>Atuar como agente educativo nas questões relativas à saúde e segurança no trabalho, prestando informações e esclarecimentos a outras categorias profissionais e à população em geral.</p> <p>Identificar a necessidade de conservação e manutenção dos materiais, instrumentos de aferição e equipamentos de segurança.</p> <p>Conhecer as Normas Regulamentadoras pertinentes à Segurança do Trabalho.</p> <p>Prevenir e auxiliar no controle de doenças e acidentes de trabalho.</p> <p>Fazer o correto uso correto dos EPI's.</p>

**BIBLIOGRAFIA:**

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISSO 18801: Sistema de Saúde e Segurança do Trabalho** – requisitos. Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA Francisco, Antônio Nunes. **Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBOSA, Rildo Pereira & BARSANO, Paulo Roberto. **Higiene e Segurança do Trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.

BAROLI, Gildo. **Manual de prevenção de incêndios**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1981.

BENITE, Anderson Glauco. **Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.

BRASIL, MINIST. DA SAÚDE. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa nacional de DST/AIDS. **Hepatite, AIDS e herpes na prática odontológica**. Brasília. 1994.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **Portaria 3214 - Normas Regulamentadoras**. DOU, 08 de junho de 1978 e modificações posteriores.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. **Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário – NR – 29**. DOU, 17 de dezembro de 1997 e modificações posteriores.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Manual do Trabalho Portuário e Ementário**. Brasília: MTE, SIT – Edição 2001.

CAMILLO JR., Abel Batista. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 14ª ed. São Paulo: SENAC, 2012.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística**. Segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999.

Editora Revisada. **Segurança e medicina do trabalho: normas regulamentadoras**- Nrs. 1 a 33. São Paulo/SP: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GONÇALVES, D. C. et al. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. 6ª edição. São Paulo: LTr Editora, 2015.

GRANDJEAN, Etienne. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5.ed. São Paulo: Bookman, 2009.

HOEPPNER, M. G. **Normas Regulamentadoras Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 2015.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

MANUAIS DE LEGISLAÇÃO. **Segurança e medicina do trabalho**. 45ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2000.

MATTOS, Ubirajara A. de Oliveira; MACEDO, Francisco Soares. **Higiene e Segurança do Trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011.

MELO, Márcio dos S. **Livro da Cipa: Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 1993.

MICHEL, Oswaldo. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: LTr Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Guia de Primeiros Socorros: para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

MONTEIRO, A.L.; BERTAGNI, R.F.S. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORAES, Anamaria / Mont'Alvão, Cláudia – **Ergonomia (Conceitos e Aplicações)** - Rio de Janeiro: illser, 2003.

NUNES, Diva Barbosa. **Noções Básicas de Direito para técnicos em segurança do trabalho**. 2ª ed. São Caetano do Sul/SP: Difusão, 2013.

PACHECO JR, Waldemar. **Qualidade na Segurança e Higiene no Trabalho: Série SHT 9000, Normas para a Gestão e Garantia da Segurança e Higiene no Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1995.

REIS, R. S. **Segurança e Medicina no Trabalho - Normas Reguladoras**. 3ª ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Avaliação e Controle de Ruído**. São Paulo: LTr., 2000.

Segurança e Medicina do Trabalho – Manuais de Legislação - **Lei nº 6514/1977** - 75ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

SOUNIS, Emílio. **Manual de Higiene e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Ícone. 1991.

TORREIRA, Raul Peragallo. **Manual de Segurança Industrial**. São Paulo: Ed. Margus, 1999.

TRINDADE, W. L. **Riscos do Trabalho – Normas, Comentários, Jurisprudência**. São Paulo: LTR, 1998.

VEDRAME, Antônio Carlos – **Acidentes Domésticos (Manual de prevenção)** – São Paulo: Editora Ltr., 2000.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

VIEIRA, Sebastião Ivone et al. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2º Vol. Florianópolis: Editora Mestra, 2000.

ZOCCHIO, Álvaro. **Como Entender e Cumprir as Obrigações Pertinentes a Segurança e Saúde no Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Editora LTr., 2008.

**Unidade Curricular: INFORMÁTICA**

**Carga Horária: 67 horas**

<b>Nº</b>	<b>UNIDADES</b>	<b>CONHECIMENTOS</b>
<b>1</b>	<b>Informática e Arquitetura dos Computadores</b>	1.1 Breve histórico da criação e evolução dos computadores e tecnologias de informação. 1.2 Hardware 1.2.1 Periféricos de entrada e saída 1.2.2 Gabinete
<b>2</b>	<b>Sistemas computadorizados e operacionais</b>	2.1 Softwares livres e proprietários. 2.2 Sistemas operacionais. 2.3 Conceitos básicos do sistema operacional Windows e do sistema Linux. 2.4 Software de proteção do computador. 2.5 Ferramentas de backup e restauração de backup 2.6 Ferramentas de limpeza de disco.
<b>3</b>	<b>Arquivos e banco de dados</b>	3.1 Conceitos básicos de arquivos. 3.2 Gerenciamento de arquivos e pastas 3.3 Arquivos e tipos de arquivos 3.4 Pastas: criação e organização 3.5 Conceitos básicos de banco de dados. 3.6 Criação de um banco de dados. 3.7 Instruções SQL
<b>4</b>	<b>Tecnologia da Informação aplicada</b>	4.1 Planilha eletrônica: formatação, fórmulas, funções e gráficos. 4.2 Tabelas e Organogramas. 4.3 Manipulação de editor de texto 4.3.1 Principais funções do processador de texto. 4.3 Edição de imagem, de áudios e vídeos. 4.4 Apresentação de slides.
<b>5</b>	<b>Internet</b>	5.1 Serviços de internet 5.2 Utilização de e-mail 5.3 Comércio eletrônico

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

		<p>5.4 Pesquisas na Internet 5.5 Internet, intranet e extranet 5.6 Requisitos para acesso 5.7 Redes Sociais e Proteção de dados 5.8 Webconferência 5.9 Cybercrimes e Segurança na internet</p>
--	--	--

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
INFORMÁTICA	2	67	<p>Conhecer a historicidade e a evolução da Informática.</p> <p>Compreender a arquitetura dos computadores.</p> <p>Obter noções básicas de sistemas de informação fundamentados em conteúdos e análises de estratégias.</p> <p>Utilizar softwares e aplicativos de escritório e da internet.</p> <p>Aplicar ferramentas de sistemas operacionais.</p> <p>Utilizar a internet e conhecer mecanismos de segurança para a internet.</p>	<p>Compreender a evolução dos computadores e da tecnologia de informação.</p> <p>Entender a composição dos computadores e dos sistemas operacionais.</p> <p>Compreender conceitos básicos de banco de dados, arquivos e pastas.</p> <p>Compreender a aplicação de ferramentas básicas de tecnologia da informação (editor de textos, gráficos, planilhas, etc.)</p> <p>Estabelecer uso da internet de forma consciente e ética.</p>

**BIBLIOGRAFIA**

BRASIL, C. **Guia Internet de Conectividade**. 5ª ed. São Paulo: Senac, 2002;

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

CATAPULT, Inc. **Microsoft Excel 2000 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 2000.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

\_\_\_\_\_. **Microsoft Windows 98 passo a passo.** São Paulo: Makron Books, 1999.

CÔRTEZ, P., L. **Sistemas Operacionais – Fundamentos.** 2ª ed. São Paulo. Editora Érica. 2000;

DABBAH, Steven. **A solução para sua empresa: exportação.** 8ª ed. São Paulo: Érica, 2001.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Editora Futura, 2002.

DANESH, A. **Dominando o Linux.** São Paulo: Makron Books, 2000.

FÁVERO, E. de B. **Organização e arquitetura de computadores.** Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

MANZANO, A.L.G. **Estudo Dirigido de Windows XP.** 5ª ed. São Paulo: Editora Érica. 2004.

MINK, C. **Microsoft office 2000.** São Paulo: Makron Books, 1999.

**Microsoft Office System 2007-passo a passo.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

MSOFFICE 2003 – **Fundamentos.** São Paulo: Makron Books. 2004.

NORTON, P. **Introdução à Informática.** São Paulo: Makron Books, 1997.

PHONLOR, Patrícia; MAÇADA, Antônio Carlos G. **O uso estratégico de um sistema de informação web em um terminal de containers.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, Salvador. Anais..., Salvador: ENANPAD, 2002.

SANTOS, A. de A. **Informática na empresa.** São Paulo: Atlas, 2003.

SCHECHTER, R. **BROFFICE.ORG 2.0 - CALC E WRITER.** Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2006.

SILVA, Mário Gomes da. **Informática: terminologia Básica: microsoft windows XP: microsoft word 2007: microsoft excel 2007: microsoft access 2007: microsoft power point 2007,** 2008.

TANENBAUM A. **Sistemas operacionais modernos.** 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

VELLOSO, Fernando Castro. **Informática: Conceitos Básicos.** 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.

WHITE, R. **Como funciona o computador.** 8ª ed. São Paulo: QUARK, 1998.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

**Unidade Curricular: LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA**

**Carga Horária: 100 horas**

<b>Nº</b>	<b>UNIDADES</b>	<b>CONHECIMENTOS</b>
<b>1</b>	<b>Noções Gerais de Legislação e Direito Administrativo</b>	1.1 Aspectos gerais da história do Direito 1.2 Noções de Direito: Fundamentos e doutrina do direito 1.3 Estado democrático de Direito: Formação do Estado – teorias. 1.4 Hierarquia de normas brasileiras 1.5 Processo legislativo 1.6 Princípios do Direito Administrativo 1.7 Competências legais da Administ. Pública 1.8 Lei 8.666/93 – Licitações públicas e suas características.
<b>2</b>	<b>Direito Civil, Direito Empresarial e Comercial</b>	2.1 Noções de Direito Civil: Pessoas; 2.1.1 Capacidade: relativa, absoluta e emancipação 2.1.2 Bens: Definição, espécies e classificações 2.1.3 Contrato: Conceitos, espécies, elementos que compõem o contrato 2.2 Definição de direito comercial 2.2.1 Tipos de sociedades: civil e comercial 2.2.2 Nomes comerciais: sociedades empresariais, limitada, por ações, individuais e Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
<b>3</b>	<b>Legislação Portuária</b>	3.1 Legislação Portuária na Const. Federal 3.1.1 Leis e Decretos infraconstitucionais. 3.2 Autoridades atuantes na atividade Portuária 3.2.1 Competências legais das diversas autoridades envolvidas. 3.3 Lei 8.630/93: modernização dos portos; 3.4 Lei 9.277/96: autorização e delegação para portos e rodovias; 3.5 Lei 8.987/95: estabelece os termos para concessão e permissão de serviços públicos; 3.6 Lei 10.233/2001: dispõe sobre a reestruturação do transporte aquaviário e terrestre; 3.6.1 Art. 27: criação da agência nacional de transporte aquaviário;

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

		<p>3.7 Lei 9.719/98: dispõe sobre as normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário.</p> <p>3.8 Tráfego marítimo na área do Porto Organizado</p> <p>3.8.1 Normas de Tráfego Marítimo e Permanência</p> <p>3.8.2 Navios, profundidades e calados nos canais, áreas de fundeio e berços do porto de Paranaguá.</p> <p>3.9 Normas Internas do Porto de Paranaguá</p> <p>3.10 Contrato Internacional de Seguro marítimo</p> <p>3.10.1 Normas legais dos contratos internacionais de seguro marítimo</p>
4	<b>Direito Tributário e Direito do Trabalho</b>	<p>4.1 Direito Tributário:</p> <p>4.1.1 Espécies tributárias: imposto, taxa, contribuição de melhoria</p> <p>4.1.2 Competências tributárias</p> <p>4.1.3 Sujeitos da relação tributária: sujeito ativo e sujeito passivo</p> <p>4.2 Direito do Trabalho: noções básicas</p> <p>4.2.1 Princípios gerais e Espécies de contrato</p> <p>4.2.2 Definição de empregado e empregador</p> <p>4.2.3 Tipos de trabalhadores e empregadores</p> <p>4.2.4 Contrato de trabalho e relação de emprego</p> <p>4.2.5 Jornada de trabalho</p> <p>4.2.6 Salário, remuneração e férias</p>
5	<b>Legislação Ambiental e Direito Internacional</b>	<p>5.1 Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente.</p> <p>5.2 Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente</p> <p>5.3 Órgãos ambientais e suas funções</p> <p>5.4 Áreas de proteção ambiental</p> <p>5.5 Competências do CONAMA</p> <p>5.6 Responsabilidade legal do Poluidor</p> <p>5.6.1 Crimes e infrações ambientais - Lei 9.605/98</p> <p>5.7 Licenciamento ambiental e Aspectos legais do Licenciamento Ambiental</p> <p>5.8 Direito Ambiental:</p> <p>5.8.1 Legislação específica: Termos Internacionais de Comércio - Incoterms</p> <p>5.8.2 Lei nº 9.611/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.411 de 12/04/2000</p> <p>5.8.3 Noções da Lei 10.233/01 - integração dos transportes aéreo, aquaviário e terrestre</p>

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

		5.8.4 Zona primária e secundária.
--	--	-----------------------------------

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA	3	100	<p>Estudar a legislação aplicada aos procedimentos relativos às atividades portuárias.</p> <p>Conhecer modelos de gestão organizacional e suas transformações, operações portuárias, logística empresarial, tecnologia de Informação e comércio exterior.</p>	<p>Conhecer contratos de transporte e seguros do sistema portuário nacional</p> <p>Identificar os possíveis impactos ambientais decorrentes da atividade portuária.</p> <p>Ter conhecimento da Legislação Portuária nas esferas Federal e Estadual.</p> <p>Identificar o tráfego marítimo na área do Porto.</p> <p>Reconhecer as Normas de Tráfego Marítimo e Permanência.</p>

**BIBLIOGRAFIA**

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 7ª ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

BARROS, André Ferreira de. **O novo direito aduaneiro**: volume II. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.630, 25 fev. 1993. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 26 fev. 1993.

BRASIL. **Vade mecum**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

CAMINHA, Herick Marques. **Dicionário Marítimo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

CAPRARO, Milene Corrêa Zerek. **Introdução ao direito do trabalho portuário, marítimo e do petróleo**. Curitiba: Insight, 2014.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de; PASOLD, Cesar Luiz. (Coords.). **Direito portuário, regulação e desenvolvimento**. 2ª ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação**. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

CATHARINO, J. M. **O Novo Sistema Portuário Brasileiro**. Rio de Janeiro: ABTP, 1994.

COLETO, Aline Cristina; ALBANO, Cícero José. **Legislação e organização empresarial**. Paraná: LT, 2012.

DI PIETRO, M. S. Zanella. **Direito administrativo**. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRAGELLI, G. A. **Noções de Gerenciamento de Portos**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2000.

GOMES, Carlos R. e ANJOS, Haroldo. **Curso de Direito Marítimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

KEEDI, S. **Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga – Prática e exercícios**. 2ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LUZ, Rodrigo. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 31ª ed. 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 15ª ed. 2015.

MEIRELLES, H. **Direito administrativo brasileiro**. 41ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MILLER, Thiago Testini de Mello; AMORIM, Luis Felipe Carrari de. Qualificação e formação do trabalho portuário na nova Lei de Portos. **Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário**, São Paulo v. 4, n. 23, p. 199-206, nov./dez. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do Trabalho: Portuário e Ementário**. Brasília, 2002.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Veras de. **A nova regulação portuária**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MTPA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVALIAÇÃO CIVIL. **Plano Mestre – Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina**. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2016.

NETO, A. B. S. & VENTILARI, P. S. X. **O trabalho portuário e a modernização dos portos**. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares. **Modernização dos Portos**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2010.

OLIVEIRA, G.J. e MATTOS, C.C.A.: **“Defesa da Concorrência nos Portos”**. Artigo disponibilizado pelo CADE, 1998.

OLIVEIRA, José Jayme de Macêdo. **Código Tributário Nacional: Comentários Doutrina Jurisprudência**. 4ª ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. **Lições Preliminares de Direito Portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (Orgs.). **Direito Portuário Brasileiro**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

PORTO, Marcos Maia; TEIXEIRA, Sérgio Grein. **Portos e Meio Ambiente**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2002.

RAPHAEL, Leandro. **Direito marítimo**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo R. Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e a logística internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2011.

ROCHA, João Luiz Coelho da.; BUCHHEIM, Maria Pia Vastos – Tigre. **Direito para não advogados**. Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2013.

SANTOS NETO, Arnaldo Basto; VENTILARI, Paulo Sérgio Xavier. **O Trabalho Portuário e a Modernização dos Portos**. Paraná: Editora Juruá, 2008.

SEGRE, German (Org.). **Manual prático de comércio exterior**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. Considerações sobre o trabalho de Capatazia no porto privativo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 76-83, set./out. 2012.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. A atividade de amarração de navios. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 76-83, set./out. 2012.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

SIMÕES, Silene Carvalho. O adicional de risco e o trabalho portuário avulso. **Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário**, São Paulo, v. 4, n. 19, p. 58-76, mar/abr. 2014.

STA/MT (Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes): Anuário Estatístico Portuário. Brasília, 1999.

TREVISAN, Rosaldo (Org. e Co-autor) et al. **Anotações ao regulamento aduaneiro**: decreto n. 6.759/2009. São Paulo: Lex Magister, 2009.

**Unidade Curricular: ESPANHOL TÉCNICO**

**Carga horária: 67 horas**

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
1	<b>Aspectos contextuais</b>	1.1 Gêneros discursivos diversificados nas esferas sociais de circulação portuária, por meio das práticas de oralidade, leitura e escrita. 1.2 Fonética e fonologia de espanhol: Conhecimentos gerais 1.3 Cultura hispânica aplicada ao curso: Princípios da língua em transações comerciais na importação e exportação 1.4 Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal. 1.5 Linguagem oral em situações de Comunicação: adequação
2	<b>Discurso como prática social</b>	2.1 Idioma instrumental: Vocabulário técnico relacionado ao curso, pronúncia, tradução, elaboração de textos e preenchimento de documentação 2.2 Expressões hispânicas utilizadas sem tradução na área do curso de Técnico em Portos 2.3 Acrônimos 2.4 Skimming e Scanning 2.5 Uso de pronomes e verbos como definição. 2.6 Uso de imperativo, numerais e palavras de sequência em instruções de Instalação/desinstalação. 2.7 Descrição das funções relacionados à área portuária.

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
ESPAANHOL TÉCNICO	2	67	<p>Compreender as diferentes práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise linguística aplicada da língua espanhola.</p> <p>Entender o estudo do discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso.</p>	<p>Analisar os gêneros discursivos da língua espanhola nas esferas sociais de circulação portuária.</p> <p>Compreender os princípios da língua hispânica em transações comerciais na importação e exportação</p> <p>Entender a aplicabilidade do vocabulário técnico, gramática, pronomes e verbos relacionados ao curso de portos (pronúncia, tradução, elaboração de textos, etc.)</p>

**BIBLIOGRAFIA**

BELTRÁN, Blanca Aguirre; KLAUS, Rother. **Comércio exterior**. Madrid: SGEL, 1999.

BERLITZ, Charles. **Espanhol passo a passo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CASSANY, Daniel. **Describir el escribir**. Barcelona: Paidós Comunicación, 2002.

Editora Pons. **Passaporte Guia de Conversação – Espanhol**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

FANJUL, Adrian. **Gramática Y práctica de español – para brasileños**. 4ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

GIL FERNÁNDEZ, J. **Panorama de la fonología española actual**. Madrid: Arco/Libros, 2000.

GONZÁLEZ, A H. **Gramática de espanhol lengua extranjera**. Madrid: Ed. Edelsa, 1994.

KINDERSLEY, Dorling. **Espanhol: guia de conversação para viagens**. 7ª ed. São Paulo: Editora Publifolha, 2015.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

LAUTERBORN, Wanda. **Comunicaciones por telefono**. Madrid: Ed. Arco Libros, 2009.

MARTIN, Ivan. **Síntesis: curso de lengua española**. São Paulo: Ática, 2011.

MARTÍNEZ CELDRÁN, E. **El sonido en la comunicación humana**. Madri: Octaedro, 1996.

MASIP, Vicente. **Fonética do Espanhol para brasileiros**. Recife: Difusión, 1998.

MASIP, Vicente. **Gente pronuncia bien**. Curso de pronunciación española para brasileños. Barcelona: Difusión, 1998.

MATEO, F. y Rojo Sastre, A. **El arte de conjugar en español**. Paris: Ed. Hatier, 1984.

MEURER, J. L. **O conhecimento de Gêneros Textuais e a formação do profissional da linguagem**. In: Aspector da Lingüística Aplicada, Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da Educação básica**. Curitiba, 2008.

PRADA, Marisa de. **Comunicación eficaz para los negocios**. Madrid: Edelsa, 2010.

PRADA, Marisa de. PILAR, Marce. **Entorno laboral**. Madrid: Ed. Edelsa. 2013.

SHOSHANA, Blum-Kulka. **Pragmática del discurso, en: Teun Van Dijk (ed.) el discurso como interacción social**. Estudios sobre el discurso II. Barcelona: Gedisa, 2000.

VALVERDE, Jenny. Etc, tal. **Español para jóvenes brasileños**. São Paulo: Macmillan, 2013.

**Unidade Curricular: LOGÍSTICA DE CARGAS**

**Carga horária: 67 horas**

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
----	----------	---------------

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

1	<b>Fundamentos da logística</b>	1.1 Conceitos e definições 1.2 Papel da logística nas empresas portuárias 1.3 Logística empresarial definida
2	<b>Produtos</b>	2.1 Classificação, 2.2 Características 2.3 Ciclos 2.4 Embalagens/acessórios 2.5 Critérios de preços
3	<b>Armazenagem dos Produtos</b>	3.1 Rotinas 3.1.1 Manuseio 3.1.2 Controle- organização 3.1.3 Processos Portuários 3.2 Espaço Físico 3.2.1 Razões Básicas 3.2.2 Alternativas 3.2.3 Tipos depósitos 3.2.4 Funções 3.3 Estruturas Metálicas 3.4 Pallets
4	<b>Controle de Estoques</b>	4.1 Características básicas 4.2 Previsão estoques 4.3 Estoque mínimo e Consumo máximo
5	<b>Logística Interna de terminais</b>	5.1 Gargalos 5.2 Fluxos logísticos 5.3 Layouts

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
<b>LOGÍSTICA DE CARGAS</b>	2	67	Planejar, organizar a logística portuária, operações, racionalização de rotas, componentes do sistema logístico, de produtos, de estruturas, de custos e de riscos.  Distribuir serviços com ênfase nas estratégias de Minimização do Tempo e Maximização de resultados	Construir conhecimentos a respeito de modelos de gestão organizacional e suas transformações, operações portuárias.  Compreender a logística empresarial, de tecnologia de Informação e comércio exterior.  Planejar atividades e

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

			<p>na Rede Logística Portuária.</p> <p>Analisar as características econômicas, sociais e ambientais peculiares da área portuária, identificando as atividades que devem ser implementadas.</p>	<p>apontar alternativas de dimensionando riscos para a melhora de resultados.</p> <p>Conhecer contratos de transporte e seguros do sistema portuário nacional e os possíveis impactos ambientais decorrentes da atividade portuária.</p> <p>Conhecer os processos de distribuição de produtos, com base na administração dos estoques, localização e planejamento de transporte para atender os pedidos dos clientes otimizando serviços e de custos.</p>
--	--	--	--	---

**BIBLIOGRAFIA:**

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7500. **Símbolos de riscos e manuseio para transporte e armazenamento de materiais.** Rio de Janeiro, 1994.

ALVARENGA, A. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento.** São Paulo: Atlas, 2010.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – Planejamento, organização e Logística Empresarial.** 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

\_\_\_\_\_. **Logística Empresarial - Transportes Administração de Materiais Distribuição Física,** São Paulo: 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BOWERSOX, D. J. **Logística Empresarial - O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento.** 1ª ed. - São Paulo: Atlas, 2001.

CAIXETA, J.V.F. **Gestão Logística do Transporte de Cargas.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

Carlos & NOVAES, Antônio Galvão. **Logística Aplicada: Suprimento e Distribuição Física**. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda., 2000.

CAVANHA Filho; Armando Oscar. **Decisões financeiras: ferramentas para logística**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

CAXITO, Fabiano. **Logística: um enfoque prático**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHING, Hobg Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: criando redes que agregam valor**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHRISTOPHER, M. **A Logística do Marketing**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Futura, 1997.

CORTIÑAS, J.M.L., **Os Custos Logísticos do Comércio Exterior Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais – uma abordagem logística**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1993.

FLEURY, P.F. **Logística Empresarial - A Perspectiva Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

FRAGELLI, G. A. **Noções de Gerenciamento de Portos**. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2000.

HARRISON, A. **Estratégia e Gerenciamento de Logística**. 1ª ed. São Paulo: Futura, 2003.

HOEKM, Alan Harrison Renko Van. **Estratégias e gerenciamento de logística**. 1ª edição – Cuiabá (MT): Ed. Futura, 2003.

LARRAÑAGA, F.A. **A Gestão Logística Global**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MARTINS, Ricardo Silveira. **Gestão da logística do transporte de cargas**. São Paulo: Atlas, 2001.

MOREIRA, P.F. **Como planejar e desenvolver um sistema modular de embalagem**. Trabalho apresentado no III Logistech Brasil'90 - Conferência Nacional de Logística, Distribuição, Transportes, Embalagem e Movimentação de Materiais, São Paulo, 1990.

MOURA, R.A., BANZATO, J.M. **Embalagem: acondicionamento, unitização & containerização** - Manual de movimentação de materiais. São Paulo: IMAM, 1990.

MOURA R.A. **Sistemas e Técnicas de Movimentação e Armazenagem de Materiais: materials handling**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1979.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

NOVAES, A.G. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição** – Estratégia, Operação e Avaliação. 4ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NOVAES, A.G. **Logística Aplicada** - Suprimento e Distribuição Física. 3ª ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2000.

PEREIRA, André Luiz; BOECHAT, Cláudio Bruzzi; TADEU, Hugo Ferreira Braga; SILVA, Jersone Tasso Moreira; CAMPOS, Paulo Március Silva. **Logística Reversa e Sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RODRIGUES, Paulo Roberto A. – **Introdução aos Sistemas de Transporte no Brasil e a Logística Internacional**. São Paulo (SP): Ed. Aduaneiras. 2000.

VIEIRA, Guilherme Bergmann B.; SANTOS, Carlos Honorato S. **Logística e gestão portuária: Uma visão íbero-americana**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2008.

**Unidade Curricular: OPERAÇÕES COM CARGAS**

**Carga horária:** 100 horas

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
1	<b>Fundamentos e procedimentos adequados das Operações</b>	1.1 Conceitos básicos 1.2 Procedimentos das operações portuárias na movimentação de cargas 1.3 Tipos de operação 1.4 Planejamento de pátio 1.4 Demanda de navio
2		2.1 Conceito cargas e Mercadorias; 2.2 Tipos de Equipamentos e Infraestrutura em Operações de Movimentação de cargas; 2.3 Classificação de Mercadorias e cargas; 2.4 Controle de cargas: 2.4.1 Sazonalidade densidade,

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

	<b>Tipos de Cargas, Equipamentos e Mercadorias</b>	<p>2.4.2 Cubagem e Ângulos de Repouso, 2.4.3 Planos de carga, 2.4.4 Recheio, triagem e peso</p> <p>2.5 Técnicas de conservação de materiais armazenados</p> <p>2.5.1 Eventos que podem alterar ou inutilizar materiais</p> <p>2.5.2 Desenvolvimento de critérios para Solução de problemas na Conservação de materiais.</p>
3	<b>Localização e Controle de materiais</b>	<p>3.1 Definição do sistema de Localização</p> <p>3.2 Esquema de localização para Estrutura porta pallet</p> <p>3.3 Tipos de requisição de material Controle de cotas por usuário</p> <p>3.4 Controle de materiais perecíveis</p> <p>3.4.1 Indicações contidas nas Embalagens</p> <p>3.4.2 Armazenagem em área externa</p> <p>3.4.3 Técnicas FIFO- de armazenagem</p>
4	<b>Contêiner</b>	<p>4.1 Histórico do contêiner</p> <p>4.2 Legislação Vigente</p> <p>4.3 Contêiner: Tipos e suas aplicabilidades</p> <p>4.4 Cargas Containerizadas</p> <p>4.5 Classificação dos Contêineres - ISO</p> <p>4.6 Equipamentos mais usados na Movimentação</p> <p>4.7 Cálculo do dígito de checagem</p> <p>4.8 Tipos de vistoria e Tipos de reparo</p> <p>4.9 Contratos de aluguel</p> <p>4.10 Planner</p> <p>4.11 Rastreamento de contêiner em Terminais</p>
5	<b>Terminais Tipos de atividades operacionais</b>	<p>5.1 Tipos e aplicações de atividades operacionais:</p> <p>5.1.1 Desova</p> <p>5.1.2 Estufamento</p> <p>5.1.3 Movimentação</p> <p>5.2 Terminais:</p> <p>5.2.1 Terminais de Containers</p> <p>5.2.2 Terminais Roll On Roll Off</p> <p>5.2.3 Terminais para Granéis Líquidos</p> <p>5.2.4 Terminais para granéis sólidos</p> <p>5.2.5 Terminais e Portos Fluviais</p>

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
--------------------	---------	----------	-------------	-------------

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

<p><b>OPERAÇÕES COM CARGAS</b></p>	<p>3</p>	<p>100</p>	<p>Analisar as ações portuárias, estabelecendo relações entre o planejamento estratégico.</p> <p>Conhecer o sistema operacional de cargas que envolvem os tipos de movimentação, utilização dos equipamentos, armazenamento, segregação, embarque e desembarque de mercadorias, contêineres e terminais.</p>	<p>Conhecer a evolução do Transporte no mundo, relacionando as características econômicas, sociais e culturais.</p> <p>Compreender a função social do transporte e o papel da circulação de bens e pessoas.</p> <p>Identificar e inter-relacionar os diversos fatores operacionais do planejamento de operações do transporte e da logística de cargas.</p> <p>Identificar as diversas atividades de uma cadeia logística de cargas, sabendo avaliar o papel delas, para o atendimento das metas das empresas.</p> <p>Preparar os dados necessários para o planejamento das operações de transporte com cargas.</p>
------------------------------------	----------	------------	--	---

**BIBLIOGRAFIA:**

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7500. **Símbolos de riscos e manuseio para transporte e armazenamento de materiais.** Rio de Janeiro, 1994.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acondicionamento e embalagem:** terminologia brasileira, TB - 77. Rio de Janeiro, 1972.
- BAILY, Peter et. al. **Compras Princípios e Administração.** São Paulo: Atlas, 2000.
- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos – Logística Empresarial.** São Paulo: Bookman, 2006.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

BRASIL. **Lei nº 8.630, 25 fev. 1993.** Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências

CHRISTOPHER, M. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos:** estratégias para a redução de custos e melhoria dos serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.

**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

BRASIL. **Ministério da Defesa.** Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas.

**Curso Básico de Conserto de Carga.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zorovich & Maranhão, 2000.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **O transporte sem riscos de cargas perigosas, potencialmente perigosas e prejudiciais por via marítima.** Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **Conhecimentos Profissionais – Consertador de Carga.** Rio de Janeiro, DPC, 1981.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **Norma da autoridade marítima nº 1.** Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas e Costas. **Curso especial em segurança em operação de navios petroleiros (ESOP).** Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas. **Curso especial em segurança em operações de navios químicos (ESOQ).** Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL, Ministério da Marinha. Diretoria dos Portos e Costas. **Curso especial em segurança em operações de navios tanque (TEGAL)** Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST). **Norma Regulamentadora de Sinalização de Segurança – NR 26.** DOU. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho. **Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário – NR 29.** DOU, Brasília, 1997.

CAIXETA, Filho, José Vicente; MARTINS, Ricardo Silveira. **Gestão Logística do Transporte de Cargas.** São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Sílvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário e avulso.** São Paulo: LTr, 2015.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

CHING, H. Y. **Gestão de Estoques na cadeia de logística integrada: supply chain.** São Paulo: Atlas, 1999.

DORNIER, Philippe-Pierre [et.al.]. **Logística e operações globais: texto e casos.** – São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR. **Curso de Plano de Carregamento de Navio “Full Container” (Planner).** Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR. **Curso de Acréscimos, Faltas e Avarias.** Rio de Janeiro: FEMAR. 2003.

FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR. **Curso de Introdução ao Shipping.** Módulo 1. Rio de Janeiro: FEMAR. 2003.

KEEDI, Samir. **Transportes, unitização e seguros internacionais de cargas: prática e exercícios.** São Paulo: Aduaneiras, 2002.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES: GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – **A Reforma Portuária Brasileira.** Brasília, 2001.

MOURA, R. A.; BANZATO J. M. **Embalagem: acondicionamento, unitizarão e conteinerização.** - Manual de movimentação de materiais. Vol. II - São Paulo: Ed. IMAM. 1990.

NOVAES, Antônio G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. Estratégia, operação e avaliação.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ORNIER, Phillippe – Pierre et. Al. **Logística e Operações Globais: textos e Casos.** São Paulo: Atlas, 2000.

**Unidade Curricular: REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA**

**Carga horária: 133 horas**

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
1	<b>1.Território Aduaneiro</b>	1.1 Conceitos de Território aduaneiro 1.2 Zona primária 1.3 Zona secundária 1.4 Zona de vigilância 1.5 Mercadoria

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

<b>2</b>	<b>Regulamento e Competências Aduaneiras</b>	<p>2.1 Função</p> <p>2.2 Documentos</p> <p>2.2 Tributos</p> <p>2.3 Regulamentos aduaneiros:</p> <p>    2.4.1 Áreas alfandegadas</p> <p>    2.4.2 Influências sobre o Regulamento Aduaneiro</p>
<b>3</b>	<b>Regulamentação do trabalho portuário pela Lei 12.815/2013.</b>	<p>3.1 Áreas dos Portos Organizados de Paranaguá e Antonina</p> <p>3.2 Formas de exploração portuária – tipos de outorga e suas características.</p> <p>3.3 Lei 9.277/96 – Delegação de serviços públicos.</p> <p>3.4 A operação portuária na Lei 12.815/2013</p> <p>    3.4.1 Competências legais (poder/dever) do Operador Portuário;</p> <p>    3.4.2 Responsabilidades legais do Operador Portuário</p> <p>    3.4.3 Infrações e Penalidades na Operação Portuária</p> <p>    3.4.4 Normas de Pré-qualificação dos Operadores Portuários.</p> <p>3.5 Competências legais do OGMO;</p> <p>3.6 Responsabilidades legais do OGMO</p> <p>3.7 Direitos e deveres dos Trabalhadores Portuários Avulsos</p> <p>3.8 Lei 9.719/98 – Normas de proteção ao trabalho portuário.</p>
<b>4</b>	<b>Exploração comercial do Porto e Planejamento Estratégico</b>	<p>4.1 Área do Porto Organizado</p> <p>4.2 Regulamento de Exploração do Porto</p> <p>4.3 Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Paranaguá e Antonina</p> <p>4.4 Alternativas de Expansão para portos</p> <p>4.5 Projetos de Expansão em andamento.</p> <p>4.6 Normas de Segurança Portuária</p> <p>    4.6.1 ISPS – Code e seus aspectos legais</p>
<b>5</b>	<b>Fiscalização Aduaneira e Regime Aduaneiro</b>	<p>5.1 Fiscalização na Administração Aduaneira;</p> <p>5.2 Terminais Alfandegados</p> <p>5.3 Regimes aduaneiros:</p> <p>    5.3.1 Regime comum;</p> <p>    5.3.2 Regime Suspensivo.</p>
<b>6</b>	<b>Condições de Venda e Siscomex</b>	<p>6.1 Sistema de comércio exterior - SISCOMEX</p> <p>6.2 Condições de venda:</p> <p>    6.2.1 Situações Especiais</p> <p>    6.2.2 Pagamentos</p> <p>6.3 Sistemas</p>

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA	4	133	Compreender o regulamento aduaneiro aplicado ao comércio exterior.  Estudo do ordenamento jurídico brasileiro, quanto a organização e regulamentação aduaneira diante das operações e explorações de importações e exportações.	Conhecer e interpretar a legislação referente ao transporte de cargas.  Conhecer e aplicar a legislação referente à responsabilidade civil e penal do transporte de cargas.  Conhecer e aplicar a legislação referente ao meio ambiente, saúde e segurança no Trabalho.  Conhecer sobre as entidades fiscalizadoras e reguladoras do transporte de cargas.  Distinguir as exigências legais com relação ao transporte aduaneiro.

**BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 06 de fevereiro de 2009. **Regulamento Aduaneiro**. São Paulo: LEX, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.630, 25 fev. 1993. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil. – Lei dos Portos**. Brasília, 1993.

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. Presidência da República - Casa Civil. **Regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior**. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB. Instrução normativa SRF nº 1.209, de 07 de novembro de 2011: **Estabelece requisitos e procedimentos**

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

**para o exercício das profissões de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro.** Disponível em: 57. Acesso em: 14 set. 2014.

BARROS, André Ferreira de. **O novo direito aduaneiro: volume II.** Rio de Janeiro: Synergia, 2009.

CAMINHA, Herick Marques. **Dicionário Marítimo Brasileiro.** RJ: Clube Naval, 1996.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Silvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário e avulso.** São Paulo: LTr, 2015.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de; PASOLD, Cesar Luiz. (Coords.). **Direito portuário, regulação e desenvolvimento.** 2ª ed. - Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação.** São Paulo: Aduaneiras, 2015.

CATHARINO, J. M. **O Novo Sistema Portuário Brasileiro.** Rio de Jan: ABTP, 1994.

FRAGELLI, G. A. **Noções de Gerenciamento de Portos.** Rio de Janeiro: Clube Naval, 2000.

GOMES, Carlos R. e ANJOS, Haroldo. **Curso de Direito Marítimo.** Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

KEEDI, S. **Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga – Prática e exercícios.** 2ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

JESUS, Avelino de. **MERCOSUL - estrutura e funcionamento.** São Paulo: Aduaneiras, 1993.

LUZ, Rodrigo. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do Trabalho: Portuário e Ementário.** Brasília, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Veras de. **A nova regulação portuária.** Belo Horizonte: Fórum, 2015.

MTPA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVALIAÇÃO CIVIL. **Plano Mestre – Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina.** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2016.

NETO, A. B. S. & VENTILARI, P. S. X. **O trabalho portuário e a modernização dos portos.** Curitiba: Juruá Editora, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares. **Modernização dos Portos.** São Paulo: Edições Aduaneiras, 2010.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

PASOLD, Cesar Luiz. **Lições Preliminares de Direito Portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (Orgs.). **Direito Portuário Brasileiro**. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

PEREIRA, Valdir J. Esteves. **Novos Códigos Fiscais de Operações e Prestações**. Editora Cenofisco, 2001.

RAPHAEL, Leandro. **Direito marítimo**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo R. Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e a logística internacional**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2011.

SANTOS NETO, Arnaldo Basto; VENTILARI, Paulo Sérgio Xavier. **O Trabalho Portuário e a Modernização dos Portos**. Paraná: Editora Juruá, 2008.

STA/MT (Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes): **Anuário Estatístico Portuário**, Brasília, 1999.

SEGRE, German (Org.). **Manual prático de comércio exterior**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. Considerações sobre o trabalho de Capatazia no porto privativo. **Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 76-83, set./out. 2012.

SIMÕES, Silene Carvalho. O adicional de risco e o trabalho portuário avulso. **Revista direito aduaneiro, marítimo e portuário**, São Paulo, v. 4, n. 19, p. 58-76, mar./abr. 2014.

SOSA, Roosevelt Baldomir; **Temas Aduaneiros: Estudos sobre Problemas Aduaneiros Contemporâneos**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 1999.

TREVISAN, Rosaldo (Org. e Co-autor) et al. **Anotações ao regulamento aduaneiro: decreto n. 6.759/2009**. São Paulo: Lex Magister, 2009.

VIEIRA, Guilherme B. Borges. **Regulamentação no Comércio Internacional**. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2001.

**Unidade Curricular: TRANSPORTE MARÍTIMO**

**Carga horária: 167 horas**

Nº	UNIDADES	CONHECIMENTOS
----	----------	---------------

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

<b>1</b>	<b>Organização do mercado de navegação e suas funções</b>	<p>1.1 Conceitos 1.2 Os portos e seus agentes 1.3 Entrada, despacho e saída de embarcações 1.4 Seleção do transportador 1.5 Administração do transporte contratado de terceiros 1.6 Administração de transporte próprio.</p>
<b>2</b>	<b>Transporte e Comércio Marítimo</b>	<p>2.1 Transporte marítimo de curta, longa distância, (cabotagem e Longo curso) e linha regular 2.2 Tipos de Navios 2.2.1 Principais tipos .....2.2.2 Características 2.2.3 Frota geral (Analítica e sintética) 2.3 Principais tipos de Equipamentos no transporte marítimo.</p>
<b>3</b>	<b>Agentes do transporte portuário e Trafego Portuário</b>	<p>3.1 Agentes do comércio marítimo e suas funções no transporte portuário: 3.1.1 Armadores- responsabilidades e competências 3.1.2 Agências 3.1.3 Conferências de fretes, conselho de usuários, formas de cooperação de serviços marítimos, agentes que intervêm no transporte de linha regular; 3.2 Trafego Portuário: 3.2.1 Controle 3.2.2 Programação 3.2.3 Transporte de Cargas Especiais</p>
<b>4</b>	<b>Regulamentos e Normas da navegação Marítima.</b>	<p>4.1 Tráfego de embarcações 4.2 Normas e regulamentos das embarcações 4.3 Espécies de navegação 4.4 Portos nacionais e internacionais 4.5 Órgão controlador: diretoria de portos e costas, entrada e saída das embarcações; 4.6 Regulamentação: lei de segurança (LEI 9.537) - tráfego aquaviário: sinalização náutica LUZ, APITO, BANDEIRAS ); 4.7 Meios de transporte aquaviária: o navio, conceitos básicos na indústria marítima (setores "trump" e linha); 4.8 Os portos e seus agentes; 4.9 Parâmetros para a qualidade de um serviço de linha regular. 4.9.1 Documentação e regulamentação;</p>

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

		4.10 Canal de navegação: história, política e administração dos Canais: do Panamá e de Suez.
--	--	--

Unidade Curricular	CH aula	CH total	Competência	Habilidades
TRANSPORTE MARÍTIMO	5	167	Identificar os regulamentos, técnicas e operações aplicadas aos diversos tipos de tráfego portuário.  Organizar o transporte e comércio marítimo.	Conhecer os principais tipos de Equipamentos no transporte marítimo.  Identificar normas e regulamentos das embarcações.  Compreender a logística de Transporte de Cargas Especiais.  Verificar a entrada, despacho e saída de embarcações

**BIBLIOGRAFIA:**

BANZATO, Eduardo. **Sistema de Gerenciamento de Armazém**. 1ª ed. - São Paulo: Editora Imam, 1998.

BALLOU, Ronald. **Logística Empresarial: transporte, administração de materiais e distribuição física**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

BIZELLI, João dos Santos e BARBOSA, Ricardo. **Noções Básicas de Importação**. 6ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arrendamentos portuários, Cadernos de Infra-estrutura, Navegação e Portos no Transporte de Contêineres**, Revista do BNDES, Rio de Janeiro (RJ), 2001.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Transporte marítimo de longo curso no Brasil e no mundo**. Revista do BNDES, v. 11, n. 21, p. 209-232 – JUNHO, Rio de Janeiro (RJ), 2004.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os Desafios das Exportações**. Rio de Janeiro (RJ), 2002.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

BORGES, Vieira & BERGMANN, Guilherme. **Transporte internacional de cargas**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2001.

CAIXETA, J.V.F. **Gestão Logística do Transporte de Cargas**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CARVALHO, Francisco Edivar; COSTA, Sílvia Pires Bastos. **Abordagem prática do trabalho portuário e avulso**. São Paulo: LTr., 2015.

CNT, Pesquisa CNT. **Aquaviária: portos, cabotagem e navegação interior**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Machline, 2002.

CNT/COPPEAD. **Transporte de cargas no Brasil: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento do país**, Diagnóstico e plano de ação, Navegação e Portos no Transporte de Contêineres, REVISTA DO BNDES, 2002.

COIMBRA, Delfim Bouças. **O Conhecimento de Carga no Transporte marítimo**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

COLLYER, M.A. **Dicionário de Comércio Marítimo**. Rio de Janeiro: Lutécia, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTE. **Transporte Marítimo Internacional**, Expectativa do perfil da Frota mercante Brasileira - Diagnóstico, Brasília, 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTE, **Os serviços portuários preços e desempenho** – Síntese – Outubro de 2001, Brasília, 2001.

FARIA, Sergio Fraga Santos. **Transporte Aquaviário e a Modernização dos Portos**. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Desafios da modernização portuária**. 1ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

KEEDI, S. **Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga** – Prática e exercícios. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

KEEDI, S.; MENDONÇA, P.C.C. **Transporte e Seguro no Comércio Exterior**. 2ª ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MENDONÇA, Paulo C. **Transportes e Segurança no Comércio Exterior**. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1997.

MINERVINI, Nicola. **EXPORTAR Competitividade e Internacionalização**: Guia prático do exportador. São Paulo/SP: Makron Books, 1997.

MINERVINI, Nicola. **O exportador: Ferramenta para atuar com sucesso no mercado internacional**. 5ª ed. São Paulo/SP: Pearson Education Limited, 2008.

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Modernização dos portos**. 5ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2012.

ONO, R. T. **Estudo de viabilidade do transporte marítimo de contêineres por cabotagem na costa brasileira**, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado). Navegação e Portos no Transporte de Contêineres, REVISTA DO BNDES, São Paulo (SP), 2001.

PEREIRA NETO, Manoel Tomaz. **Legislação portuária compilada: a lei nº 8.630/93 & normas conexas**. São Paulo: Aduaneiras, 1998.

PORTO, Marcos Maia; TEIXEIRA, Sérgio Grein. **Portos e meio ambiente**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2002.

RAPHAEL, Leandro. **Direito marítimo**. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2003.

RODRIGUES, Paulo R. Ambrósio. **Introdução aos sistemas de transportes no Brasil e a logística internacional**. 5ª ed. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2014.

RODRIGUES, Álvaro B. **A Atuação na Movimentação de Contêineres - do Operador Portuário Privado em Paranaguá no Contexto da Logística Globalizada "Porta a Porta": Um Estudo de Caso**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SANTOS, J. Clayton. **O Transporte Marítimo Internacional**. 2ª ed. - São Paulo: Aduaneiras, 1982.

SEGRE, G. **Manual prático de comércio exterior**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIEIRA, Guilherme Bergmann B.; SANTOS, Carlos Honorato S.. **Logística e gestão portuária: Uma visão ibero-americana**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2008.

**INTERNET:**

- Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) – [www.antaq.gov.br/IndexPortos.asp](http://www.antaq.gov.br/IndexPortos.asp)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – [www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)
- Casa Civil - [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/principal\\_ano.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/principal_ano.htm)
- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – [www.mtecbo.gov.br/busca.asp](http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp)
- Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) – <http://www.portosrio.gov.br>
- Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) – [www.portodesantos.com.br](http://www.portodesantos.com.br)
- Consulta a leis – [www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)
- Ministério dos Transportes – [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)
- Revista Portos e Navios – [www.revistaportosenavios.com.br](http://www.revistaportosenavios.com.br)
- Secretaria de Portos – [www.portosdobrasil.gov.br/](http://www.portosdobrasil.gov.br/)

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

- Porto de Paranaguá – [www.portosdoparana.pr.gov.br](http://www.portosdoparana.pr.gov.br)

### b. Plano de Estágio NÃO OBRIGATÓRIO com Ato de Aprovação do NRE

1. Identificação da Instituição de Ensino
  - Nome do estabelecimento:
  - Entidade mantenedora:
  - Endereço (rua, nº., bairro):
  - Município:
  - NRE:
2. Identificação do curso
  - Habilitação:
  - Eixo Tecnológico:
  - Carga horária total:
  - Do curso: \_\_\_\_\_ horas
  - Do estágio: \_\_\_\_\_ horas
3. Coordenação de Estágio
  - Nome do professor (es):
  - Ano letivo:
4. Justificativa
  - Concepções (educação profissional, curso, currículo, estágio)
  - Inserção do aluno no mundo do trabalho
  - Importância do estágio como um dos elementos constituintes de sua formação
  - O que distingue o estágio das demais disciplinas e outros elementos que justifiquem a realização do estágio

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

5. Objetivos do Estágio
6. Local (ais) de realização do Estágio
7. Distribuição da Carga Horária (por semestre, período...)
8. Atividades do Estágio
9. Atribuições do Estabelecimento de Ensino
10. Atribuições do Coordenador
11. Atribuições do Órgão/instituição que concede o Estágio
12. Atribuições do Estagiário
13. Forma de acompanhamento do Estágio
14. Avaliação do Estágio
15. Anexos (se houver)

\* O Plano de Estágio dos estabelecimentos de ensino que ofertam Cursos Técnicos deve ser analisado pelo Núcleo Regional de Educação que emitirá parecer próprio (Ofício Circular nº 047/2004 – DEP/SEED e Instrução nº 028/2010 – SUED/SEED).

### **c. Descrição das práticas profissionais previstas**

Utilizando os Eixos temáticos das disciplinas serão desenvolvidas as estratégias metodológicas tais como: projetos, experiências vinculadas às questões portuárias, visitas técnicas monitoradas, trabalhos de campo, palestras seminários,

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

aulas práticas, oficinas, buscando soluções aos desafios apresentados, com orientação permanente do corpo docente e Coordenadores.

d. Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL  
ITINERÁRIO FORMATIVO EM PORTOS

NRE: <i>inserir código e nome</i>			MUNICÍPIO: <i>inserir código e nome</i>					
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: <i>inserir código e nome</i>								
ENDEREÇO: <i>inserir endereço completo, com bairro, município, CEP</i>								
TELEFONE: <i>inserir DDD e n.º de telefone</i>								
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná								
CURSO: Ensino Médio Regular		CÓDIGO:		TURNO:		C.H. Total: 3.000		
DIAS LETIVOS ANUAIS: 200			ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2022		FORMA: Gradativo			
CÓD IGO_ ____ ____	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA – FGB	ÁREAS DO CONHECIMENTO		Componente Curricular	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	
		LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS		ARTE	67	0	0	
				EDUCAÇÃO FÍSICA	67	0	67	
				LÍNGUA INGLESA	67	67	0	
				LÍNGUA PORTUGUESA	100	100	133	
		CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS		FILOSOFIA	67	0	0	
				GEOGRAFIA	67	67	0	
				HISTÓRIA	67	66	0	
				SOCIOLOGIA	0	66	0	
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		MATEMÁTICA	100	100	133	
		CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS		FÍSICA	66	0	67	
				QUÍMICA	66	67	0	
				BIOLOGIA	66	67	0	
		TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				24	18	12
		TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				800	600	400
		PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA		PROJETO DE VIDA		67	34	33
				EDUCAÇÃO FINANCEIRA		33	33	33
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA				3	2	2		
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA				27	20	14		

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ESPORTE  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

C Ó D I G O - - - - - - -	PARTE FLEXÍVEL	ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO EM PORTOS	ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA		33	67
			GESTÃO AMBIENTAL	33	33	
			HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO		33	67
			INFORMÁTICA	67		
			LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA		67	33
			ESPAANHOL TÉCNICO		67	
			LOGÍSTICA DE CARGAS			67
			OPERAÇÕES DE CARGAS		33	67
			REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA			133
			TRANSPORTE MARÍTIMO		67	100
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS				3	10	16
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO PARTE FLEXÍVEL				200	400	600
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS <sup>2,3</sup>				30	30	30
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL				1000	1000	1000
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO						100

<sup>1</sup>Matriz Curricular de acordo com a LDB 9394/96

<sup>2</sup>Serão ofertadas 06 aulas de 50 minutos por dia, totalizando 5 horas diárias.

<sup>3</sup>No turno da noite serão ofertadas 05 aulas presenciais diárias de 50 minutos de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 05 aulas semanais de 50 minutos, totalizando 30 aulas na semana, conforme prevê a Deliberação n. 04/2021 – CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC na forma de complementação de carga horária.

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL  
ITINERÁRIO FORMATIVO EM PORTOS

NRE: <i>inserir código e nome</i>			MUNICÍPIO: <i>inserir código e nome</i>			
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: <i>Inserir código e nome</i>						
ENDEREÇO: <i>inserir endereço completo, com bairro, município, CEP</i>						
TELEFONE: <i>inserir DDD e n.º de telefone</i>						
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná						
CURSO: Ensino Médio Regular		CÓDIGO:	TURNO:	C.H. Total: 3.000 mais 100 horas de Estágio Profissional Supervisionado		
DIAS LETIVOS ANUAIS: 200		ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2022		FORMA: Gradativo		
CÓD IGO	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA – FGB	ÁREAS DO CONHECIMENTO  LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	Componente Curricular	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
			ARTE	2	0	0
			EDUCAÇÃO FÍSICA	2	0	2
			LÍNGUA INGLESA	2	2	0
		CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	LÍNGUA PORTUGUESA	3	3	4
			FILOSOFIA	2	0	0
			GEOGRAFIA	2	2	0
			HISTÓRIA	2	2	0
		MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SOCIOLOGIA	0	2	0
			MATEMÁTICA	3	3	4
			CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	FÍSICA	2	0
		QUÍMICA		2	2	0
		BIOLOGIA		2	2	0
		TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				24
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA				800	600	400

PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA		PROJETO DE VIDA	2	1	1				
		EDUCAÇÃO FINANCEIRA	1	1	1				
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA			3	2	2				
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS – FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA			27	20	14				
			T	P	T	P	T	P	
C Ó D I G O - - - - - - - - -	PARTE FLEXÍVEL	ITINERÁRIO FORMATIVO INTEGRADO EM  PORTOS	ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA			1		2	
			GESTÃO AMBIENTAL	1		1			
			HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO			1		2	
			INFORMÁTICA	2					
			LEGISLAÇÃO PORTUÁRIA			2		1	
			ESPAÑHOL TÉCNICO			2			
			LOGÍSTICA DE CARGAS					2	
			OPERAÇÕES DE CARGAS			1		1	1
			REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA					4	
			TRANSPORTE MARÍTIMO			1	1	1	2
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS			3	10	16				
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO PARTE FLEXÍVEL			200	400	600				
TOTAL DE HORAS-AULA SEMANAIS <sup>2,3</sup>			30	30	30				
TOTAL DE HORAS-RELÓGIO ANUAL			1000	1000	1000				
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO					100				

<sup>1</sup> Matriz Curricular de acordo com a LDB 9394/96

<sup>2</sup> Serão ofertadas 06 aulas de 50 minutos por dia, totalizando 5 horas diárias.

<sup>3</sup> No turno da noite serão ofertadas 05 aulas presenciais diárias de 50 minutos de 2ª a 6ª feira, acrescidas de atividades não presenciais equivalentes a 05 aulas semanais de 50 minutos, totalizando 30 aulas na semana, conforme prevê a Deliberação n. 04/2021 – CEE-PR, a serem orientadas pela DEDUC na forma de complementação de carga horária.

<sup>4</sup> A instituição de ensino deverá optar pela oferta da Língua Inglesa I ou da Língua Espanhola.

## e) Orientações Metodológicas

### 1 INTRODUÇÃO

Tomando como referência as “Diretrizes Curriculares da Educação Profissional para a Rede Pública do Paraná”, é importante apresentar os encaminhamentos metodológicos como parte integrante do Plano de Curso **Técnico em Portos**, tanto na sua forma integrada quanto subsequente, para organização das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Considerando que as ações pedagógicas dos professores de acordo com as Diretrizes supracitadas objetivam atender as necessidades dos estudantes, tendo em vista o perfil profissional, o compromisso com a formação profissional e da cidadania,

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

a apropriação dos conhecimentos, a reflexão crítica e a autonomia, faz-se necessário assumir a concepção da Educação Profissional e seus princípios:

### **O trabalho como princípio educativo**

O trabalho enquanto categoria ontológica explica que o homem é diferente dos outros animais, pois é por meio da ação consciente do trabalho, que o homem é capaz de criar a sua própria existência. Portanto, é na relação Homem-Homem e Homem-Natureza, que se situa a compreensão da escola politécnica na Educação Profissional.

A organização curricular integrada da Educação Profissional, considerando a categoria do TRABALHO, agrega como elementos integradores a CIÊNCIA, a CULTURA e a TECNOLOGIA, pois a:

- CIÊNCIA é produção de conhecimentos sistematizados social e historicamente pelo homem.
- CULTURA, o processo dinâmico de criação e representações sociais manifestas pelo homem por meio de símbolos.
- TECNOLOGIA, a construção social que decorre das relações sociais, ou seja, das organizações políticas e econômicas da sociedade. A tecnologia é “mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção) no real”. (RAMOS, 2004; 2005 apud BRASIL, 2007, p. 44).

Essas dimensões articuladas devem promover o equilíbrio entre atuar praticamente e trabalhar intelectualmente.

Assim, o tratamento metodológico deve privilegiar a relação entre teoria e a prática e entre a parte e a totalidade, fazendo com que haja integração entre os conteúdos nas dimensões disciplinar e interdisciplinar.

### **O princípio da integração**

A integração é o princípio norteador da práxis pedagógica na Educação Profissional e articula as dimensões disciplinar e interdisciplinar

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Disciplinar significa os campos do conhecimento que podemos reconhecê-los como sendo os conteúdos que estruturam o currículo – conteúdos estruturantes.

As disciplinas, por sua vez, são os pressupostos para a interdisciplinaridade, na medida em que as relações que se estabelecem por meio dos conceitos da relação teoria e prática extrapolam os muros da escola e, permitem ao estudante a compreensão da realidade e dos fenômenos inerentes a ela para além das aparências:

A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. (RAMOS, 2007)

Assim, os encaminhamentos metodológicos exigem uma organização dos conteúdos que permita aos estudantes se apropriarem dos conceitos fundamentais das disciplinas no contexto da interdisciplinaridade e da integração.

## 2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os encaminhamentos metodológicos devem considerar os princípios e concepção da integração, na perspectiva de garantir uma formação politécnica aos estudantes da Educação Profissional.

A politécnica nesse contexto significa dominar os princípios da ciência e as suas diferentes técnicas, no contexto do processo produtivo – TRABALHO, e não no seu sentido restrito do conjunto de muitas técnicas.

Nesse sentido, a intervenção do professor por meio do ato de ensinar deve ser intencional na medida em que ele se compromete com uma educação de qualidade e uma formação profissional para o mundo do trabalho. Assim, é importante ressaltar também o papel da escola e, para tanto, o reafirmamos com Libâneo:

[...] a escola tem, pois o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem também o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos presentes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade (LIBÂNEO, 1998, p. 9)

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Os conteúdos aqui mencionados não são quaisquer conteúdos, trata-se dos “conhecimentos construídos historicamente e que se constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo investigativo e compreensão do real.” (RAMOS, 2005, p.107).

Portanto, como **encaminhamentos metodológicos** indicam-se as proposições apontadas por Marise Ramos:

### a) **Problematização dos Fenômenos**

Trata-se de usar a metodologia da problematização, no sentido de desafiar os estudantes a refletirem sobre a realidade que os cerca na perspectiva de buscar soluções criativas e originais para os problemas que se apresentam a respeito dessa realidade:

Isso significa:

- a) Elaborar questões sobre os fenômenos, fatos e situações.
- b) Responder às questões elaboradas à luz das teorias e conceitos já formulados sobre o(s) objeto(s) estudados – conteúdos de ensino.

### b) **Explicitação de Teorias e Conceitos**

A partir de uma situação problema indicada para reflexão, análise e solução, deixar claro para os estudantes quais conceitos e quais teorias dão suporte para a apreensão da realidade a ser estudada:

Nesse sentido, é importante:

- a) Localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais).
- b) Identificar suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).

### c) **Classificação dos Conceitos–Conhecimentos**

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Os “conhecimentos desenvolvidos na perspectiva da sua utilização pelas pessoas são de **formação geral** e fundamentam quaisquer **conhecimentos específicos** desenvolvidos com o objetivo de formar profissionais”.

Nessa dimensão, estarão os conhecimentos que, uma vez apropriados, permitem às pessoas formularem, agirem, decidirem frente a situações próprias de um processo produtivo. Esses conhecimentos correspondem a desdobramentos e aprofundamentos conceituais restritos em suas finalidades e aplicações, bem como as técnicas procedimentais necessárias à ação em situações próprias a essas finalidades.

### d) Organização dos Componentes Curriculares e as Práticas Pedagógicas

As opções pedagógicas implicam em redefinir os processos de ensino, pensando no sujeito que aprende (estudante) de modo a considerar a realidade objetiva (totalidade histórica).

São ações pedagógicas no contexto dos processos de ensino

- *Proposições de desafios e problemas.*
- *Projetos que envolvam os estudantes, no sentido de apresentar ações resolutivas – projetos de intervenção.*
- *Pesquisas e estudos de situações na perspectiva de atuação direta na realidade.*

Os pressupostos que dão suporte ao currículo ancorado nos encaminhamentos metodológicos apresentados, de fato, se diferenciam de um currículo que tem como referência a reprodução de atividades na perspectiva do currículo tradicional que cinde com o princípio da integração. (RAMOS, 2005, p.122)

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

### REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares para o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio na Modalidade Normal**. Curitiba: SEED/ PR, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Concepção do Ensino Médio Integrado, São Paulo, 2007. Disponível em:  
<[http://www.iiep.org.br/curriculo\\_integrado.pdf](http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf)>. Acesso em 20/07/2015.

## IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

### 1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

#### 1.1 DA CONCEPÇÃO

Os pressupostos apontados pela legislação indicam uma concepção de avaliação ancorada nos princípios da educação politécnica e omnilateral, que

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

considera o sujeito da aprendizagem um ser histórico e social, capaz de intervir na realidade por meio dos conhecimentos apropriados no seu percurso formativo.

Sendo assim, se a Educação Profissional se pauta no princípio da integração, não se pode e não se deve avaliar os estudantes de forma compartimentalizada. Formação integral significa pensar o sujeito da aprendizagem “por inteiro”, portanto avaliação contextualizada na perspectiva da unidade entre o planejamento e a realização do planejado. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem é parte integrante da prática educativa social.

Além do princípio da integração, a avaliação da aprendizagem nessa concepção, ancora-se também nos princípios do TRABALHO, numa perspectiva criadora ao possibilitar o homem trabalhar com o novo, construir, reconstruir, reinventar, combinar, assumir riscos, após avaliar, e, da CULTURA, pois adquire um significado cultural na mediação entre educação e cultura, quando se refere aos valores culturais e à maneira como são aceitos pela sociedade.

A sociedade não se faz por leis. Faz-se com homens e com ciência. A sociedade nova cria-se por intencionalidade e não pelo somatório de improvisos individuais. E nessa intencionalidade acentua-se a questão: A escola está em crise porque a sociedade está em crise. Para entender a crise da escola, temos que entender a crise da sociedade. E para se entender a crise da sociedade tem-se que entender da sociedade não apenas de rendimento do aluno em sala de aula. Expandem-se, assim, as fronteiras de exigência para os homens, para os professores; caso os mesmos queiram dar objetivos sociais, transformadores à educação, ao ensino, à escola, à avaliação. (NAGEL, 1985, p. 30)

Nessa perspectiva, a avaliação revela o seu sentido pedagógico, ou seja, revela os resultados das ações presentes, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

### 1.2 DAS DIMENSÕES

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

A partir da concepção de avaliação anteriormente apresentada, decorrem as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de transformação, onde as ações dos professores não podem ser inconscientes e irrefletidas, mas transparentes e intencionais. Nesse sentido, apresentam-se as três dimensões da avaliação que atendem esses pressupostos:

### a) Diagnóstica

Nessa concepção de avaliação, os aspectos qualitativos da aprendizagem predominam sobre os aspectos quantitativos, ou seja, o importante é o diagnóstico voltado para as dificuldades que os estudantes apresentam no percurso da sua aprendizagem. Nesse sentido, é importante lembrar que o diagnóstico deve desconsiderar os objetivos propostos, metodologias e procedimentos didáticos.

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista a tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1995, p. 81)

Nesse sentido, considerando a principal função da escola que é ensinar e, os estudantes aprenderem o que se ensina, a principal função da avaliação é, nesse contexto, apontar/indicar para o professor as condições de apropriação dos conteúdos em que os estudantes se encontram – diagnóstico.

De acordo com a Deliberação nº 07/99 – CEE/PR:

Art. 1º. - A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1º. - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

§ 2º. - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3º. - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (PARANÁ, 1999, p. 01)

Dessa forma, o professor, diante do diagnóstico apresentado, terá condições de reorganizar os conteúdos e as suas ações metodológicas, caso os estudantes não estejam aprendendo.

### **b) Formativa**

A dimensão formativa da avaliação se articula com as outras dimensões. Nesse sentido, ela é formativa na medida em que, na perspectiva da concepção integradora de educação, da formação politécnica também integra os processos de formação omnilateral, pois aponta para um aperfeiçoamento desses processos formativos seja para a vida, seja para o mundo do trabalho. Essa é a essência da avaliação formativa.

Os pressupostos colocados pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, já referenciada, indica uma concepção de educação ancorada no materialismo histórico. Isso significa que a avaliação também agrega essa concepção na medida em que objetiva que a formação dos estudantes incorpore as dimensões éticas e de cidadania. Assim, “o professor da Educação Profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”. (MACHADO, 2008, p. 18).

Nesse caso, a avaliação de caráter formativo permite aos professores a reflexão sobre as suas ações pedagógicas e, nesse processo formativo, replanejá-las e reorganizá-las na perspectiva da inclusão, quando acolhe os estudantes com as suas dificuldades e limitações e aponta os caminhos de superação, em um “ato amoroso”. (LUCKESI, 1999, p.168).

### **c) Somativa**

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

O significado e a proposta da avaliação somativa é o de fazer um balanço do percurso da formação dos estudantes, diferentemente do modelo tradicional de caráter classificatório. O objetivo não é o de mensurar os conhecimentos apropriados, mas avaliar os itinerários formativos, na perspectiva de intervenções pedagógicas para a superação de dificuldades e avanços no processo.

Apesar de a terminologia somativa dar a ideia de “soma das partes”, na concepção de avaliação aqui apresentada, significa que, no processo avaliativo o professor deverá considerar as produções dos estudantes realizadas diariamente por meio de instrumentos e estratégias diversificadas e, o mais importante, manter a integração com os conteúdos trabalhados – critérios de avaliação.

É importante ressaltar que a legislação vigente – Deliberação nº 07/99-CEE/PR, traz no seu artigo 6º, parágrafos 1º e 2º, o seguinte:

Art. 6º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

§ 1º – A avaliação deverá obedecer à ordenação e à sequência do ensino aprendizagem, bem como a orientação do currículo.

§ 2º – Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomando a sua melhor forma.

O envolvimento dos estudantes no processo de avaliação da sua aprendizagem é fundamental. Nesse sentido, a autoavaliação é um processo muito bem aceito no percurso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Nele, os estudantes refletem sobre suas aprendizagens e têm condições de nelas interferirem.

### 1.3 DOS CRITÉRIOS

Critério no sentido restrito da palavra que dizer aquilo que serve de base para a comparação, julgamento ou apreciação. No entanto, no processo de avaliação da aprendizagem significa os princípios que servem de base para avaliar a qualidade do ensino. Assim, os critérios estão estritamente integrados aos conteúdos.

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

Para cada conteúdo elencado, o professor deve ter a clareza do que efetivamente deve ser trabalhado. Isso exige um planejamento cuja organização contemple todas as atividades, todas as etapas do trabalho docente e dos estudantes, ou seja, em uma decisão conjunta todos os envolvidos com o ato de educar apontem, nesse processo, o que ensinar, para que ensinar e como ensinar.

Portanto, estabelecer critérios articulados aos conteúdos pertinentes às disciplinas é essencial para a definição dos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo ensino e aprendizagem. Logo, estão critérios e instrumentos intimamente ligados e deve expressar no Plano de Trabalho Docente a concepção de avaliação na perspectiva formativa e transformadora.

### 1.4 DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos avaliativos são as formas que os professores utilizam no sentido de proporcionar a manifestação dos estudantes quanto a sua aprendizagem. Segundo LUCKESI (1995, p.177, 178, 179), devem-se ter alguns cuidados na operacionalização desses instrumentos, quais sejam:

- 1.** Ter ciência de que, por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, estamos solicitando ao educando que manifeste a sua intimidade (seu modo de aprender, sua aprendizagem, sua capacidade de raciocinar, de poetizar, de criar estórias, seu modo de entender e de viver, etc.);
- 2.** Construir os instrumentos de coleta de dados para a avaliação (sejam eles quais forem), com atenção aos seguintes pontos:
  - Articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos, no decorrer do período escolar que se toma para avaliar;
  - Cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados e aprendidos de fato "- conteúdos essenciais;
  - Compatibilizar as habilidades (motoras, mentais, imaginativas...) do instrumento de avaliação com as habilidades trabalhadas e desenvolvidas na prática do ensino aprendizagem;
  - Compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido;
  - Usar uma linguagem clara e compreensível, para salientar o que se deseja pedir. Sem confundir a compreensão do educando no instrumento de avaliação;

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

- Construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos, seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos, seja pelos exercícios inteligentes, ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos.

**3.** [...] estarmos atentos ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar aos educandos:

- a) Quanto à correção: não fazer espalhafato com cores berrantes;
- b) Quanto à devolução dos resultados: o professor deve, pessoalmente, devolver os instrumentos de avaliação de aprendizagem aos educandos, comentando-os, auxiliando-os a se autocompreender em seu processo pessoal de estudo, aprendizagem e desenvolvimento.

### 1.5 DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Em atendimento às Diretrizes para Educação Profissional, definidas pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, conforme o artigo 34 a seguir:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. (MEC, 2012.)

Diante do exposto, a avaliação será entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem dos estudantes e das suas ações pedagógicas, com as finalidades de acompanhar, diagnosticar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem em diferentes situações metodológicas.

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação – 6,0 (seis vírgula zero), conforme a legislação vigente.

#### **Recuperação de Estudos**

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

De acordo com a legislação vigente, o aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

### 1.6 DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

#### 1. Critérios

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá constar no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar e ocorrerá nos termos do art. 52 da Deliberação nº 05/13 – CEE/PR, que assim determina:

**Art. 52.** A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos: I – no Ensino Médio; II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos em nível técnico regularmente concluídos nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica; IV – em outros cursos de Educação profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional; VI – em outros países. Parágrafo único. A Avaliação, para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme critérios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

#### 2. Solicitação e Avaliação

a) O interessado deverá solicitar o aproveitamento de estudos mediante preenchimento de requerimento na Instituição de Ensino em que estiver matriculado, considerando o perfil profissional do respectivo curso técnico de nível médio e a

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

indicação dos cursos realizados, anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.

b) A direção da Instituição de Ensino deverá designar uma comissão de professores, do curso técnico, para análise da documentação apresentada pelo aluno e, posterior, emissão de parecer.

c) Havendo deferimento, a comissão indicará os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudados pelo aluno a fim de realizar a avaliação, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.

d) Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrada ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06/2012**. Brasília: MEC, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, sociedade e escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação-SEED/PR, 1985.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 07/1999**. Curitiba: CEE-PR, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da educação profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/ PR, 2006.

### X – ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o estabelecimento de ensino e instituições que tenham relação com o Curso Técnico em Portos nas formas de entrevistas, visitas, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

## PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO

### XI – PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

### XII – RECURSOS MATERIAIS

- a. **Biblioteca:** (em espaço físico adequado e relacionar os itens da bibliografia específica do curso, conter quantidade)
- b. **Laboratório:** indicar o(s) laboratório(s) de Informática e o(s) específico(s) do curso
- c. **Instalações Físicas:** indicar as outras instalações da instituição e ensino, observando os espaços (iluminação, aeração, acessibilidade) e os mobiliários adequados a cada ambiente e ao desenvolvimento do curso
- d. **Equipamentos:** relacionar os equipamentos e materiais essenciais ao curso

### XIV – INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LABORATÓRIO (quando for o caso)

### XV – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE ESTÁGIO – (quando for o caso)

### XVI – RELAÇÃO DE DOCENTES

### XVII – CERTIFICADOS E DIPLOMAS

**PLANO DE CURSO TÉCNICO EM PORTOS – INTEGRADO**

- a. **Certificação:** Não haverá certificados no Curso Técnico em Portos considerando que não há itinerários alternativos para qualificação.
- b. **Diploma:** Ao concluir o Curso Técnico em Portos, conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Portos.

**XVIII – CÓPIA DO REGIMENTO ESCOLAR E/OU ADENDO COM O RESPECTIVO ATO DE APROVAÇÃO DO NRE**

**XIX – ANUÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR DO ESTABELECIMENTO MANTIDO PELO PODER PÚBLICO**

**XX - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (DOCENTES)**